

Ajuste não convence técnicos do Fundo

29 SET 1991
ESTADO DE SÃO PAULO

PAULO SOTERO

Correspondente

WASHINGTON — Os dez dias de conversas que os economistas do governo e do Fundo Monetário Internacional mantiveram em Brasília, até a última quinta-feira, não bastaram para convencer a instituição a apoiar o programa econômico desenhado pela equipe do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. O acordo não está excluído. Mas Marcílio terá que produzir um pequeno milagre de persuasão para concluir as negociações, como pretende, antes da reunião anual do FMI, em Bangkok, em duas semanas.

Um alto-funcionário da organização usou a expressão “mais ou menos”, na sexta-feira, para descrever as chances de o acordo estar fechado até lá. “O programa precisa ter credibilidade”, disse ele.

As negociações prosseguirão esta semana, em Washington. Nos meios oficiais da capital norte-americana, acredita-se que o diretor gerente do FMI, Michel Camdessus, poderá se ver numa posição difícil para negar seu aval ao programa brasileiro, pois tal decisão bloquearia, na prática, um acordo entre o País e os bancos credores. “Se estas negociações fracassarem, ninguém sabe quando o Brasil voltará a apresentar uma nova proposta realista aos bancos”, ponderou uma fonte oficial. “Ao mesmo tem-

po, se o programa com o Fundo não produzir a estabilização da economia, o Brasil não verá os benefícios da normalização de relações com os credores e dificilmente poderá cumprir o acordo com os bancos”.

A contraproposta que os credores apresentaram ao governo, há duas semanas, complicou enormemente a equação. O problema não são as diferenças de taxas de juros, de prazos e de porcentagens de redução da dívida que ela contém em relação à oferta inicial do Brasil. Em lugar de um desconto de 37,5% nos bônus de redução da dívida, por exemplo, os credores propuseram 32%. Eles querem, também, que as taxas de juros pagas pelos títulos a serem convertidos ao par subam gradualmente até 6,5% nos primeiros seis anos de vida do papel. O Brasil oferecera 4,5% fixos. Muito mais difícil será contornar a demanda de garantias de pagamento de 18 meses de juros dos bônus de redução e ao par que os bancos apresentaram. “Esse é um ponto no qual os credores não cederão”, disse ao **Estado** uma alta fonte do comitê de bancos. O efeito prático da reivindicação é de aumentar de US\$ 2 bilhões para US\$ 4 bilhões o montante de garantias oferecido inicialmente pelo governo brasileiro. Esse dinheiro terá que sair, em sua maior parte, de créditos do FMI, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.